



www.setor3.com.br

Diferentes especialistas pontuam como o saber indígena contribui para a sustentabilidade

26/04/2011 18h24min | Susana Sarmiento



Muitos e diversos. A Fundação Nacional do Índio (Funai) contabiliza 225 povos indígenas que dialogam em 180 línguas no total. Já o programa [Povos Indígenas no Brasil](#), iniciativa do [Instituto Socioambiental](#), apresenta a diversidade dessas comunidades e indica que são: 234 povos. Mostra ainda que grande parte deles está espalhado em milhares de aldeias, localizadas no interior de 671 terras indígenas, de norte a sul do Brasil.

O ISA afirma que a população indígena no Brasil está estimada em 600 mil indivíduos, sendo que deles aproximadamente 450 mil estão em terras indígenas, enquanto 150 mil encontram-se residindo em diversas capitais do País.

Segundo a publicação [Tendências demográficas: uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos centros demográficos 1991 e 2000](#), em 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 734 mil pessoas (0,4% dos brasileiros) se autoidentificaram como indígenas. Importante frisar que houve um crescimento absoluto, entre o período entre os censos (1991 a 2000), de 440 indivíduos ou um aumento anual de 10,8%, uma das maiores taxas de crescimento entre todas as categorias de cor ou raça.

A pesquisa [O que os brasileiros pensam dos índios](#), feita entre 24 e 28 de fevereiro de 2000 pelo Ibope a pedido do ISA, mostra que menos da metade dos brasileiros (45%) acredita que a população indígena do País conseguirá permanecer em suas terras e preservar sua cultura. Os entrevistados ainda pontuam que os maiores problemas enfrentados por essas comunidades são: invasão de suas terras (29%), desrespeito a seus valores e cultura e doenças adquiridas no contato com os brancos (17%), doenças que os índios pegam no contato com os brancos (11%), perda da identidade cultural (8%), desnutrição (6%) e outras questões.

Para verificar a importância desses povos, o Setor3 questionou a alguns especialistas como essas comunidades podem contribuir com seu saber no movimento da construção da sustentabilidade. Veja abaixo quem participou:

[Daniel Munduruku, escritor de literatura infanto-juvenil e presidente do Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Intelectual, afirmou que essas comunidades podem contribuir de diferentes formas: literatura, a arte de contar histórias, a oralidade, entre outros pontos. Leia mais...](#)

[Beto Ricardo, antropólogo e coordenador do programa Rio Negro do Instituto](#)

Socioambiental, reforça que qualquer estratégia de conservação e uso sustentável da Amazônia precisa incluir os povos indígenas. Ele cita o exemplo do programa educacional em escolas-piloto de ensino fundamental e médio em alguns rios que compõem o rio Negro. Leia mais...

Ivan Stibich, coordenador de Articulação Intersectorial da Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento da Fundação Nacional do Índio, defende a interação entre conhecimentos indígenas e não indígenas para o desenvolvimento de técnicas e conhecimentos. Leia mais...

Eduardo Viveiros de Castro, antropólogo e professor do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pontua a diversidade do dia a dia das comunidades indígenas. Para ele, são povos que optam por um modo que cria, que desenvolvem alternativas de sobrevivência para a espécie humana. Leia mais...



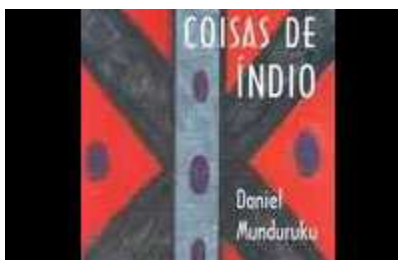
www.setor3.com.br

Autor defende a literatura, a oralidade e a gestos simples dos indígenas

26/04/2011 18h24min | Susana Sarmiento



Escritor indígena possui 40 livros publicados



Autor ressalta o resgate do orgulho indígena. Ele questiona a expressão coisa de índio usada em geral com valor negativo

"Gosto muito de contar histórias. Histórias moram dentro da gente, lá no fundo do coração. Elas ficam quietinhas num canto. Parecem um pouco com a areia no fundo do rio: estão lá, bem tranquilas, e só deixam sua tranquilidade quando alguém as revolve. Aí elas se mostram". A reflexão é de Daniel Munduruku, escritor formado em filosofia, licenciado em história e psicologia e doutor em educação pela Universidade de São Paulo.

Munduruku é autor de diversos livros infanto-juvenis e a adultos, como *A primeira estrela que vejo é a estrela do meu coração*, *O banquete dos deuses*, *Coisas de índios*, *Contos indígenas brasileiros*, entre outros. Conhecido nacional e internacionalmente, ele coordena hoje o [Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Intelectual](#) (Inbrapi). Também já recebeu vários prêmios literários: Prêmio Érico Vanucci Mendes, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq; Prêmio Jabuti, da Câmara Brasileira do Livro; Prêmio Ofélia Pontes, do Fundo Nacional do Livro Infantil e Juvenil; melhor livro infantil em 2008 pela Academia Brasileira de Letras.

Para explicar a contribuição do indígena na sustentabilidade, Daniel pontua a colaboração pelo livro, a literatura, os encontros culturais, a contação de histórias. "Nós, por meio do Inbrapi, temos mostrado ou procurado apresentar o saber milenar

que precisa ser protegido, como um conhecimento local. A importância de nossos povos em entenderem, compreenderem e conscientizarem que temos, diferente do saber científico, um saber importante para cooperar com invenções do lado ocidental. Temos um saber de curar, de transformar uma sociedade. É necessário essas comunidades conhecerem a tecnologia não indígena: internet, computadores, celulares, entre outros. A sociedade brasileira precisa olhar aos nossos conhecimentos e perceber o valor não apenas material, mas principalmente o

simbólico que faz com que a própria sociedade brasileira descubra, redescubra sua ancestralidade e consiga fortalecer sua identidade como Brasil”, pontua.

Como as coisas simples do dia a dia podem ajudar nesse pensamento sustentável? Daniel fala que a sociedade brasileira precisa compreender o sentimento de pertencimento no ambiente onde vive. E o que é esse sentimento de pertencimento? O escritor responde: “é pensar que somos apenas um na natureza e não que a natureza é algo a ser dominado. Tomar consciência de que fazemos parte disso e esse ambiente é importante ao nosso equilíbrio. Isso é importante para vivermos bem, com mais tolerância. Andar de pés descalços é um ato de pertencimento. Tomar banho no rio e agradecer por aquilo é simples e ajuda a sentir todo esse ambiente. São gestos bem simples que as pessoas podem fazer para tomar consciência”.

O indígena defende ainda que há uma preocupação real das comunidades em sempre considerarem os saberes tradicionais. Segundo Munduruku, isso é muito discutido na área da literatura: “Isso é debatido até de uma forma exagerada, um cuidado para evitar que um sobreponha o outro, queremos caminhar juntos”. De que forma o Inbrapi divulga? “Por meio do site, dos blogs, da internet. Isso não significa que vamos abrir mão de buscar com os mais velhos, dos nossos avôs lá da aldeia informações que precisamos embasar aquilo que é teórico”, responde Daniel.

A Inbrapi é uma entidade não governamental sem fins lucrativos. Criada a partir de um Encontro de Pajés, em 2001, em São Luís do Maranhão, a organização defende os conhecimentos tradicionais. Seu objetivo é promover os bens e os direitos sociais, relacionados ao meio ambiente e ao patrimônio intelectual dos povos indígenas por meio de pesquisas, estudos e organização de documentos. Os múltiplos profissionais da organização são divididos em núcleos. Cada um desenvolve projetos de acordo com seus interesses e atuam independentemente, respeitando as regras da direção da Inbrapi.

O autor citou um exemplo de uma iniciativa da Inbrapi: um grupo chamado Mekukradja (significa sabedoria, transmissão de conhecimento). Essa ação promove nas escolas as histórias tradicionais. É uma forma de divulgar mais a literatura indígena. “Essa literatura não é compreendida apenas com o objeto livro. Ela é movimento, é contação de história, canto, a dança, os instrumentos utilizados”, esclarece Munduruku.

O autor confirma a importância da contação de histórias. Em suas andanças, ele nota o aumento na sala de aula. Pontua que a esse tipo de atividade contribui para que a criança cresça equilibrada. “Ouvir histórias tradicionais, que falem de seu surgimento, do aparecimento do fogo, histórias não científicas, elas ajudam a mexer na imaginação. Para criança, isso é importante para notar que existe um universo muito grande.”

Munduruku chama a contação como a atualização de memória. “A memória nossa é feita de histórias, de imagens, não de objetos concretos”, afirma o escritor. Além de recordar fatos e valorização de saberes dessas comunidades, o presidente da Inbrapi defende que a contação ajuda a criar aquele sentimento de pertencimento, ao sujeito se sentir parte integrante desse universo.

Serviço:

Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Intelectual
www.inbrapi.org.br

Para conhecer a trajetória, obras e artigos do escritor Daniel Munduruku, acesse o blog:
www.danielmunduruku.com.br



www.setor3.com.br

Antropólogo do programa Rio Negro do Isa pontua que qualquer estratégia de conservação e uso sustentável da Amazônia precisa incluir os povos indígenas

26/04/2011 18h24min | Susana Sarmiento



Beto Ricardo é responsável pelo programa Rio Negro do Instituto Socioambiental

“As terras ocupadas por povos indígenas estão, em geral, com suas paisagens mais conservadas e melhoradas”. A reflexão é do antropólogo Beto Ricardo, responsável pelo [programa Rio Negro do Instituto Socioambiental](#) (ISA), que defende os conhecimentos e os modos indígenas de atuar como as mais sustentáveis que um modelo mais predatório: “esse modo de produção está transformando a Amazônia em uma reunião exportadora de commodities agropecuárias e minerais de baixo valor.”

O programa Rio Negro atua para criar condições e colaborar para a implantação de um programa de desenvolvimento sustentável na bacia do Rio Negro, uma região presente em quatro países (Brasil, Colômbia, Guiana e Venezuela). Segundo a entidade, essa bacia ocupa uma área total de cerca de 70 bilhões de hectares, incluindo o rio Branco. É conhecida como a maior bacia de águas pretas do mundo. O coordenador da iniciativa pontua que neste local está a maior parte de territórios indígenas já reconhecidos ou em processo de reconhecimento oficial.

Segundo o responsável pelo Rio Negro, o Brasil reúne mais de 230 povos indígenas, com uma grande diversidade socioambiental. Para ele, na Amazônia, os povos indígenas possuem a oportunidade de ter seus territórios extensos e contínuos reconhecidos oficialmente por nove países que dividem esse bioma (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela).

“Hoje 25% da extensão da bacia amazônica estão sob governança de 370 povos indígenas e reconhecidos oficialmente pelos Estados. Esse número deve aumentar nos próximos anos, especialmente com o reconhecimento oficial de terras indígenas no Peru e na Venezuela”, revela o antropólogo.

Questionado sobre a importância do saber indígena no movimento de sustentabilidade, o antropólogo reforça que qualquer estratégia de conservação e uso sustentável da Amazônia deve incluir os povos indígenas, o diálogo intercultural entre essas

comunidades e os cientistas, por exemplo. "Não há políticas públicas que favoreçam isso. O território dessa cooperação intercultural deveria ser os das macro-bacias hidrográficas, que implicaria na formação de consórcios reunindo esses povos, as populações tradicionais e os cientistas. Não basta focar essa cooperação com o conhecimento indígena, apenas nos limites das terras indígenas reconhecidas oficialmente, ainda que extensas", explica.

Por uma formação mais integral

Há mais de 10 anos, o ISA em parceria com a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro para implementar um programa educacional em escolas-piloto de ensino fundamental e médio, localizados em alguns rios que compõem o rio Negro. De difícil acesso, o antropólogo explica que essas escolas procuram formar as novas gerações que valorizem conhecimentos tradicionais e incorporem novas ferramentas e informações do mundo contemporâneo.

Beto Ricardo esclarece que o projeto político pedagógico e a gestão dessas escolas são indígenas. "As atividades alternadas buscam desenvolver valores e práticas de interesses das comunidades e a pesquisa é a metodologia principal". Ele ainda pontua que, após formar algumas gerações e influenciar as políticas públicas no âmbito municipal e estadual, é o momento para focar no ensino superior. "Há uma enorme demanda da parte dos jovens indígenas e muita oferta. Várias licenciaturas a professores indígenas espalhadas por todo o País, além de cursos a distância e cotas a estudantes dessas comunidades em universidades públicas. Importante pontuar: uma coisa é um aluno indígena na universidade, outra coisa seria uma universidade indígena. Porque numa universidade indígena o projeto político e o poder pedagógico deveriam resultar de processos propriamente indígenas. Nada contra estudantes indígenas frequentarem universidades convencionais. Mas a realidade é que nos cursos de maior utilidade para essas comunidades, como medicina e direito, por exemplo, é muito difícil que os estudantes indígenas consigam completar suas formações com algum nível operacional satisfatório. No caso do rio Negro, inauguramos uma série de reuniões de consulta para conversar sobre esse assunto."

O responsável pelo programa Rio Negro explica que ainda não tem previsão do desfecho dessas conversas. Considera que estão sendo levantadas diversas alternativas de educação, como uma universidade indígena. "Quem sabe um novo instituto, que possa fortalecer o interesse dos jovens pelo conhecimento tradicional e, ao mesmo tempo, organizar um observatório sobre os indígenas que estão frequentando as universidades do País e exterior", reflete.

Saber dos mais velhos

O antropólogo esclarece que há alguns exercícios dentro desse programa educacional em escolas-piloto que possibilitaram pesquisas interdisciplinares e multiculturais, como o livro *Peixe Gente*, que traz um levantamento sobre a ictiologia de um trecho da bacia do rio Tiquié, um dos formadores do rio Negro. Para o desenvolvimento dessa publicação, Beto Ricardo afirma que, ao invés de biólogos, participaram especialistas indígenas que vivem nesses rios e contribuíram nesse processo. Outro livro é o *Manejo do Mundo*, publicado como material de apoio a uma das reuniões do processo de consulta promovidos pelo programa Rio Negro. Outros estudos estão saindo nos próximos meses, avisa o responsável pela iniciativa.

Serviço:

Instituto Socioambiental
www.socioambiental.org



www.setor3.com.br

Coordenador da Funai defende a interação entre conhecimentos indígenas e não indígenas para desenvolvimento de técnicas e conhecimentos

26/04/2011 18h24min | Susana Sarmiento



Do lado do governo, Ivan Stibich, coordenador de Articulação Intersetorial da Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), comenta também sobre a contribuição das comunidades indígenas no movimento da sustentabilidade:

"Os povos indígenas desenvolveram, ao longo de sua história, formas de interação e adaptação aos ambientes que ocupam. Os saberes e os fazeres acumulados e transmitidos de geração a geração permitem a sobrevivência desses povos nos diferentes ecossistemas brasileiros. Aspectos práticos e simbólicos das culturas dos povos autóctones possuem estreita relação com os meios de sobrevivência e produção adaptados às condições ambientais em que estão inseridos. A observação cotidiana e a aprendizagem por meio da transmissão entre gerações levam a um profundo conhecimento sobre os recursos naturais, sejam eles domesticados ou não, sobretudo aqueles mais centrais economicamente e relacionados às atividades de subsistência.

Após o contato com a sociedade nacional e devido a mudanças na forma de ocupação e uso dos territórios e recursos naturais, faz-se necessária a interação entre conhecimentos indígenas e não indígenas para desenvolvimento de técnicas e conhecimentos que permitam o uso sustentável desses recursos. Os saberes indígenas sobre os ecossistemas que habitam são fundamentais à exploração sustentável dos recursos naturais presentes nas terras indígenas. O histórico de ocupação e o uso desses territórios resulta em conhecimento sobre as variações sazonais, os comportamentos das espécies, a interação entre diferentes espécies, entre outras informações relevantes, o que subsidia tomadas de decisão sobre a forma de uso dos recursos naturais, inclusive daquelas atividades voltadas ao mercado.

A ocupação indígena de seus territórios tem um reflexo direto sobre a qualidade ambiental. Esses territórios são locais com elevados índices de preservação ambiental e a garantia de qualidade ambiental tem reflexo direto sobre a qualidade de vida desses povos e do restante da sociedade brasileira, promovendo o desenvolvimento social: acesso à alimentação de qualidade, manutenção da biodiversidade, da agrobiodiversidade, qualidade e oferta de água, entre outros. Atualmente, em relação aos povos com maior contato com a sociedade envolvente e, portanto, mais engajados na comercialização de produtos oriundos do cultivo e da extração, o uso desses territórios exige técnicas adaptadas à necessidade de produção em escala comercial, o

que requer um diálogo entre saberes e técnicas indígenas e não indígenas."

Serviço:

FUNAI

www.funai.gov.br



www.setor3.com.br

Antropólogo Eduardo Viveiros de Castro ressalta o modelo da agricultura familiar nas comunidades indígenas

26/04/2011 18h24min | Susana Sarmiento



**Eduardo Viveiros,
antropólogo do Museu
Nacional da UFRJ**

Para responder a questão do Setor3 sobre como o saber indígena contribui ao movimento de sustentabilidade, o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, esclarece:

“Simplesmente ao viverem de um modo que favorece a diversidade, e, portanto, de um modo que cria, em lugar de destruir, alternativas de sobrevivência para a espécie humana. Nosso modelo agroindustrial é comandado pelo imperativo absoluto da produção, em máxima quantidade, de um conjunto muito restrito de variedades de plantas e animais, variedades fortemente dependentes para essa produção em

escala industrial, de toda sorte de aditivos (dos fertilizantes químicos aos agrotóxicos, dos hormônios aos antibióticos). Isso nos deixa expostos ao perigo de toda solução por fórmula única: se algo não der certo (mudança climática, epidemias zoonóticas, entre outras questões), estamos prejudicados. Os índios produzem em pequena quantidade uma enorme variedade de plantas que consomem. Eles estão constantemente experimentando novas variedades, de um modo que não se guia pelo puro imperativo do máximo rendimento, mas por uma autêntica curiosidade intelectual e uma paixão pela variedade. Igualmente, sua relação com os animais, além de extravasar de muito a mera utilização destes últimos para consumo alimentar, se pauta pelo cuidado em jamais superexplorar uma espécie - exatamente porque a idéia de "criar" em escala industrial animais para serem mortos e comidos é algo que lhes repugna. Enfim, a economia indígena é a agricultura familiar transformada em modelo econômico e cultural central de uma sociedade, desenvolvida segundo padrões de sofisticação ecológica e agrônômica. Infelizmente essa prática dominada pelo modelo culturalmente do agronegócio ainda está longe de atingir.”